“VUKÁPANA VO”: OS TERENA (RE)ESCREVEM SUA HISTÓRIA

LEVI SENA CUNHA¹

UEFS, BRASIL

<http://orcid.org/0000-0002-9456-4311>

DANDARA DOS SANTOS SILVA²

UFSB, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0001-5167-1216>

RESENHA

AMADO, Luíz Henrique Eloy. **Vukapánavo: O despertar do povo Terena para os seus direitos. Movimento indígena e confronto político.** 1. ed. - Rio de Janeiro : E-papers, 2020. 244 p.

Um título diz muito sobre a obra e sobre quem a escreve. Ele dá um “rosto” ao livro, e, diga-se de passagem, reflete o “rosto” do autor. Essa característica escriturária é uma marca deste texto, em que o lugar de fala do escritor é visível em todo o enredo. O termo usado para intitular o trabalho acadêmico realizado por Luís Eloy Terena faz uma imagem inicial, uma breve introdução ao texto que aguarda o leitor. Segundo o professor Antonio Carlos de Souza Lima, no prefácio do livro, *Vukápanavo*, na língua Terena, “pode ser traduzido para o português

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: levicunha.historia@gmail.com

² Mestre em Ensino e Relações Étnico Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: dandaradssilva@gmail.com

como avançar!”. Nesse sentido, a obra faz tanto um convite aos estudiosos e interessados pela temática, como também afirma um marco de extrema importância para os povos indígenas do Brasil, que é o avançar dos Terena no movimento de luta por seus direitos, onde o autor é também personagem nos acontecimentos.

O livro de título “Vukapánavo: O despertar do povo Terena para os seus direitos. Movimento indígena e confronto político” é uma versão da tese de doutorado de Luíz Henrique Eloy Amado, ou Luíz Eloy Terena, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PP-GAS-MN-UFRJ), publicada a primeira edição pela editora E-papers em 2020 e recebendo o prêmio ANPOCS de excelência acadêmica. A obra faz uma discussão sobre a presença histórica do povo Terena no Mato Grosso do Sul, as violências sofridas com o processo de colonização, perda de seus territórios tradicionais, a tutela a partir da ação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), bem como a retomada de seus territórios no que o autor chama no título de “despertar do povo Terena para os seus direitos”.

Usando, com destreza, do diálogo entre História, Antropologia, Direito e sua trajetória de vida, Luíz Eloy tece sua narrativa a partir do lugar de fala de quem vivenciou grande parte das lutas políticas travadas em torno do despertar de seu povo, os Terena. Nascido na Aldeia Ipegue, Terra Indígena de Taunay-Ipegue, a trajetória do autor foi marcada pelas dificuldades (principalmente por ter tido que deixar a aldeia para dar continuidade aos estudos após a quarta série do Fundamental I) e conquistas no campo da educação (com destaque para a área acadêmica). Sua caminhada diz muito sobre o contexto social e das lutas enfrentadas por muitos indígenas não só do Mato Grosso do Sul, mas de outros estados brasileiros. Sua escrita reflete a experiência formativa como representante de uma geração de intelectuais indígenas, em que os saberes tradicionais e os saberes acadêmicos se cruzam, traçando a construção do sujeito Terena/advogado/antropólogo/ativista social. Vale ressaltar que muitas das conquistas do autor, em se tratando de sua formação acadêmica, foram proporcionadas por ações afirmativas.

No doutorado Eloy retoma inquietações pendentes de sua pesquisa no mestrado intitulada “Poke’exa ûti: o território indígena como direito fundamental para o desenvolvimento local”. Ele pauta, na sua tese, questões muito caras ao seu povo, como a história dos Terena, alvo de disputas entre indígenas e fazendeiros pela posse das terras; as relações interétnicas estabelecidas pelos Terena com não indígenas, utilizadas como argumento para a afirmação de uma “aculturação” destes; a formação de alianças com outros povos indígenas e povos não indígenas para se manter e permanecer como povo; a importância do trabalho e formação do antropólogo para a afirmação dos direitos indígenas.

No exercício de retomar temáticas cristalizadas por historiadores e antropólogos, Eloy propõe uma reescrita da história dos indígenas sul-mato-grossenses, quebrando antigos paradigmas consolidados sobre a origem dos Terena. Muitos indigenistas, estudados por Luíz Eloy, defendiam a tese de que esses povos tiveram origem na região do Chaco paraguaio e, portanto, não seriam considerados brasileiros. Essa narrativa

serviu por muitos anos de argumento jurídico a favor de fazendeiros na disputa agrária contra os Terena, pois, já que esses últimos não eram brasileiros, não teriam direito à posse de terras no Brasil. Com riqueza de documentos históricos, o autor rebate a caracterização desse grupamento indígena como estrangeiro e, com argumentos sólidos, reconstrói a narrativa a partir das noções históricas de fronteiras brasileiras, em que a região do Chaco inclui o pantanal brasileiro; além de frisar a importante participação desses indígenas na Guerra do Paraguai, em que atuaram do lado brasileiro num conflito que custou-lhes a expulsão de seus territórios tradicionais. Os argumentos evidenciam a dívida brasileira com esses povos quanto aos contornos fronteiriços do território nacional. Esse tema em específico é abordado no primeiro capítulo do livro.

Discussões que causam renovação na escrita da história, com peso na balança das disputas de narrativa no sentido contrário ao das injustiças historicamente estabelecidas, fazem-se fundamentais em momentos em que políticas de governo buscam afirmar valores colonialistas negando direitos constitucionalmente estabelecidos dos povos originários. Atualmente as políticas defendidas pelo governo Bolsonaro elegeram os povos indígenas como inimigos do progresso almejado para o Brasil – vale a pena reforçar que esse tipo de pensamento e ação política não são novidade e tem nos acompanhado desde o período colonial –, principalmente em nosso país cuja história política tem raízes profundas em uma elite latifundiária e a economia possui grandes proporcionalidades no agronegócio. A ideologia de extrema-direita encabeçada pelo atual presidente e seus apoiadores tem por um de seus pilares de sustentação a noção de superioridade, baseada na divisão de raças, em que um grupo superior – diga-se de passagem, não indígenas – deve conduzir o país nos rumos do “desenvolvimento”, subjugando qualquer outro que se oponha ao processo. Kabenguele Munanga (2003) traz definições de racismo de forma bastante didática, postulada a partir do contraste de características físicas hereditárias comuns que definem características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas, dividindo, assim, a humanidade em grupos naturalmente hierarquizados. Numa perspectiva que busca quebrar com concepções sobre a superioridade de raças, escritas como a de Eloy são instrumentos precisos na luta contra hegemonias estabelecidas, como a dos latifundiários, trazendo à tona ferramentas importantes para movimento de resistência dos povos indígenas a partir do avanço Terena, entre outros povos, em cenários antes dominados pelos purutuye (não indígena na língua Terena).

No segundo capítulo Luís Eloy continua a fazer o percurso histórico do seu povo, mas com foco no contato com os puxarará. Puxarará foi um termo utilizado pelos Terena para designar os não indígenas, referindo-se ao barulho produzido por esses indivíduos comparado ao do trovão, quando se trata da relação autoritária entre ambos. O capítulo pauta a análise da política indigenista brasileira, problematizando, como traz em

seu título um “cerco de paz”³, as práticas da tutela, da assimilação e da dominação do Estado sobre os indígenas, a partir da ação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Analisa também a luta do conselho Terena e sua participação no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988.

O termo Vulkápanavo é retomado com maior propriedade no terceiro capítulo, pois é nele que Luíz Eloy trata diretamente do “despertar do povo Terena” para as mobilizações de retomada dos seus territórios tradicionais. Segundo o autor, as retomadas “constituem-se em formas próprias e legítimas articuladas pelos caciques e lideranças indígenas que elegem tais ações com projetos institucionais próprios” (AMADO, 2020, p.33). A partir do conceito de “rede social” de Barnes (1987), foi evidenciada a construção de articulações pelas lideranças Terena com agentes locais, nacionais e internacionais em seu avanço pela conquista de direitos.

No quarto e último capítulo, é feita uma reflexão sobre as retomadas efetuadas pelos Terena, os processos de territorialização na atualidade, e o impacto do marco temporal sobre os territórios Terena. Por se constituir como parte de outra pesquisa desenvolvida pelo autor na Universidade Federal Fluminense (UFF), no Programa de Pós Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais, esse tema é abordado sem aprofundamento jurídico e sociológico.

Os contatos dos Terena com outros povos indígenas do Mato Grosso do Sul e de outros estados, bem como com não indígenas brasileiros e de outros países na caminhada constitutiva de fortalecimento quanto grupo étnico, fazem parte de sua construção contínua quanto etnia e sua identidade coletiva em fluxo constante. Nenhuma cultura é uma ilha. Nas palavras de Fredrick Barth:

Nenhum povo consegue ou conseguiu manter esse tipo de isolamento truculento em circunstâncias geográficas normais. (...) Viver em comunicação em um lugar onde pessoas vêm e vão, interagem e se misturam com um grau considerável de pluralismo cultural é a condição normal da humanidade. (BARTH, 2005, p.18)

A afirmação de Barth, de uma construção étnica baseada na experiência de contato com outras etnias, corrobora com a construção do raciocínio proposto por Luíz Eloy em sua pesquisa, e, como dito de início neste texto, reflete aspectos da constituição como indivíduo. Em sua trajetória, os Terena foram marcados por transformações e ressignificações de símbolos em que muitas dessas mudanças foram provenientes do contato com não indígenas, sendo que esse processo não os fez deixar de pertencer ao seu grupo étnico. Segundo a constatação de Eloy, “o sentimento de pertencimento e a percepção da

³ A utilização da expressão “Cerco da paz”, parte do aporte teórico e metodológico proporcionado pela obra “Um grande cerco da paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil” de Antonio Carlos de Souza Lima (1995).

CUNHA, Levi Sena; SILVA, Dandara Dos Santos. “Vukápanavo”: Os Terena (re)escrevem sua História. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 310-315, mai./ago. 2021.

alteridade são elementos marcantes da identidade Terena nos dias atuais” (AMADO, 2020, p. 228).

Podemos utilizar a trajetória do próprio autor para exemplificar a construção indetitária de seu povo e de tantos outros povos indígenas. Ainda em sua aldeia, Luíz Eloy teve contato com a cultura purutuyê, entre missionários e agentes do Estado, entre outros que fizeram parte do seu arcabouço de experiências. Esse convívio se intensificou depois de ter saído de lá, quando passou a viver entre os puxarará. Ele coloca essa vivência como importante em sua formação, pois lhe possibilitou agregar outras reflexões e formas de ver e entender o mundo que cerca a si e a seu povo, sem deixar de ser Terena. Essas e outras reflexões já explanadas aqui, trazidas pelos estudos de Luíz Henrique Eloy Amado, tratam de aspectos fundamentais para pensarmos as questões indígenas na atualidade. No entanto, são ainda mais importantes para os diversos povos originários que traçam estratégias para o seu vulkapánavo.

Referências bibliográficas

BARTH, Fredrick. Etnicidade e o Conceito de Cultura. Antropolítica: Niterói, n. 19, p. 15-30, 2. Sem. 2005.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

Recebido em: 15/06/2021 * Aprovado em: 09/07/2021 * Publicado em: 30/08/2021